

# GUIA PRÁTICO

## PRESTAÇÕES COMPENSATÓRIAS DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS, NATAL OU OUTROS SEMELHANTES

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático – Prestações compensatórias dos subsídios de férias, Natal ou outros semelhantes  
(5004 – v4.21)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Departamento de Prestações e Contribuições

### **PAGINAÇÃO**

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

### **CONTACTOS**

Linha Segurança Social: 210 545 400 | 300 502 502, dias úteis das 9h00 às 18h00.

Linha de Marcações: 210 548 888 | 300 088 888, dias úteis das 9h00 às 18h00, para atendimento personalizado, e 24 horas por dia, 7 dias da semana para atendimento automático.

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

08 de janeiro de 2026

## ÍNDICE

A – O que é? .....	4
B – A quem se destina?.....	4
C – Quais as condições para ter direito? .....	4
C1. Nas situações de doença .....	4
C2. Nas situações de proteção na parentalidade .....	4
D – Qual o valor a receber? .....	5
D1. Qual o valor a receber? .....	5
D2. Como pode receber?.....	5
D3. Como registar ou alterar o IBAN (Número de Identificação Conta Bancária internacional)? .....	5
E – Como pedir? .....	6
E1. Onde pedir?.....	6
E2. Quais os formulários a preencher?.....	6
E3. Prazo para pedir .....	6
F – Posso acumular com outros benefícios? .....	6
F1. Pode acumular com:.....	6
G – Documentação de apoio .....	6
G1. Legislação Aplicável.....	6
H - Glossário.....	7
I - Perguntas frequentes .....	7

**A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.**

## A – O que é?

É um **valor pago em dinheiro**, para compensar o subsídio de Natal, o subsídio de férias ou outros semelhantes que o/a trabalhador/a não recebeu, em parte ou na sua totalidade, da entidade empregadora, por ter estado impedido de trabalhar por doença ou parentalidade subsidiadas durante 30 ou mais dias seguidos.

## B – A quem se destina?

- Trabalhadores por conta de outrem;
- Membros dos órgãos estatutários, desde que se comprove o direito aos respetivos subsídios e se encontrem reunidas as restantes condições necessárias para ter direito.

**Nota:** Se a pessoa que tinha direito às prestações compensatórias tiver falecido e não as tiver pedido em vida, os familiares com direito ao Subsídio por Morte podem pedi-las dentro do prazo definido para apresentar esse pedido.

## C – Quais as condições para ter direito?

### C1. Nas situações de doença

Tem direito se **cumprir com todas as seguintes condições:**

- o/a trabalhador/a tiver estado de baixa e a receber o Subsídio de Doença e, por isso, não recebeu (ou só recebeu em parte) os subsídios de férias, de Natal ou outros semelhantes;
- a duração da doença tiver sido suficiente para suspender o contrato de trabalho, segundo o Código do Trabalho;

**Nota:** Há lugar à suspensão do contrato quando a pessoa está de baixa durante 30 dias seguidos ou mais, ou, antes desse prazo, se for previsível que a baixa médica dure mais de 1 mês.

- a entidade empregadora não pagou nem tinha obrigação de pagar os subsídios, conforme o Código do Trabalho ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

### C2. Nas situações de proteção na parentalidade

Durante a licença parental, os subsídios de férias, de Natal ou semelhantes devem ser pagos pelo empregador. No entanto, o subsídio de Natal, ou outro de natureza análoga, poderá ser reduzido proporcionalmente ao tempo da licença, podendo ser compensado pelo pagamento de uma prestação compensatória.

Tem direito se **cumprir com todas as seguintes condições:**

- o/a trabalhador/a tiver estado de licença parental e a receber o respetivo subsídio (mesmo nas modalidades em que tenha trabalhado em *part-time*) e, por isso, não recebeu (ou só recebeu em parte) o subsídio de Natal ou outros semelhantes;
- a duração do subsídio tiver sido igual ou superior a 30 dias seguidos no respetivo ano;
- a entidade empregadora não pagou nem tinha a obrigação de pagar os subsídios, conforme o Código do Trabalho ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

**Nota:** Se a licença parental ocorrer após uma doença prolongada com suspensão do contrato, a Segurança Social pode pagar a prestação compensatória do subsídio de férias:

- na totalidade, se a pessoa não regressar ao trabalho nesse ano;
- de forma proporcional, se o trabalho for retomado no mesmo ano.

*Para mais informação, consulte a secção I – Perguntas Frequentes.*

## **D – Qual o valor a receber?**

### **D1. Qual o valor a receber?**

O valor a receber corresponde a:

- **60% do valor dos subsídios de férias e de Natal** que a entidade empregadora não pagou nem tinha o dever de pagar, nos casos em que esteve doente e a receber Subsídio de Doença ou;
- **80% do valor dos subsídios de férias e de Natal** que a entidade empregadora não pagou nem tinha o dever de pagar, nos casos em que esteve a receber subsídios **no âmbito da parentalidade**.

#### **Notas:**

- se esteve de **licença parental** e ao mesmo tempo trabalhou em **part-time**, os **80%** aplicam-se só à parte do tempo da licença que foi paga com subsídio. Ou seja, nesse período, recebe **80% de metade** do valor dos subsídios de férias e de Natal;
- se esteve de **licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica**, o valor da prestação compensatória **não pode ultrapassar 1 074,26€** (2 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), que em 2026 é igual a 537,13€).

### **D2. Como pode receber?**

Pode receber a prestação de **2 formas**:

- por transferência bancária ou;
- por vale postal emitido pelos CTT para a sua morada.

### **D3. Como registar ou alterar o IBAN (Número de Identificação Conta Bancária internacional)?**

#### **• Online**

Pode registar ou alterar o IBAN *online*, no Menu > Iniciar Sessão > Perfil > Conta bancária > Consultar e decidir pedidos de alteração de conta bancária.

#### **• Nos Serviços de Atendimento da Segurança Social**

Para registar ou alterar o IBAN deve preencher o Requerimento Registo ou Alteração de IBAN – MG 14 e juntar o documento do banco, comprovativo do IBAN, onde conste obrigatoriamente o nome da pessoa que fez o pedido ou da pessoa que tem direito às **Prestações Compensatórias dos Subsídios de Férias, Natal ou outros semelhantes** como titular da conta.

**Nota:** O IBAN fica a aguardar validação da Segurança Social. Quando confirmado, será enviada informação para o Menu > Iniciar Sessão > Mensagens.

## **E – Como pedir?**

### **E1. Onde pedir?**

- *Online*, no Menu > Doença > Cuidados na doença > Prestação Compensatória dos Subsídios de Férias e Natal ou;
- *Online*, no Menu > Trabalho > Cuidados na doença > Prestação Compensatória dos Subsídios de Férias e Natal ou;
- Em qualquer Serviço de Atendimento da Segurança Social;
- Por correio, para o Centro Distrital do local onde mora.

### **E2. Quais os formulários a preencher?**

- Requerimento Prestações compensatórias - Doença / Parentalidade – RP 5003.

**Nota:** Se pedir *online*, não necessita de preencher formulários, exceto nos casos em que não concorde com o valor apresentado.

### **E3. Prazo para pedir**

Até **6 meses a contar** a partir:

- de 1 de janeiro do ano seguinte àquele em que os subsídios de Natal e férias deviam ter sido pagos pela entidade empregadora ou;
- da data do fim do contrato de trabalho, quando aplicável.

## **F – Posso acumular com outros benefícios?**

### **F1. Pode acumular com:**

- qualquer subsídio da Segurança Social

## **G – Documentação de apoio**

### **G1. Legislação Aplicável**

#### **Portaria n.º 480-A/2025/1 de 30 de dezembro**

Atualiza o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) de 2026, em 537,13€

#### **Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro**

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para 2026 em 920,00€.

**Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril**, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho**, pelo **Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho** e pela **Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro**.

Regime jurídico de Proteção Social na Parentalidade.

**Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro**, alterado pela **Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro**, pela **Lei n.º 53/2011 de 14 de outubro**, pela **Lei n.º 23/2012, de 25 de junho**, pela **Lei n.º 47/2012, de 29 de agosto**, pela **Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto**, e pela **Lei n.º 27/2014, de 8 de maio**.

Código do Trabalho.

**Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro**, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto**, pelo **Decreto-Lei n.º 302/2009, de 22 de outubro**, pela **Lei n.º 28/2011, de 16 de junho** e pelo **Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho**.

Regime Jurídico de Proteção Social na Eventualidade de Doença.

**Portaria n.º 337/2004, de 31 de março**, alterada pela **Portaria n.º 220/2013, de 4 de julho**

Regulamenta o **Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro**, que regula o regime de proteção social na doença.

## H - Glossário

### **Certificado de Incapacidade Temporária (CIT)**

É o documento passado pelo médico que ser entregue à Segurança Social, para que tenha direito a subsídios (ex: Subsídio de Doença).

O CIT confirma que a pessoa está incapaz para trabalhar, indica o tipo de doença e especifica se se trata de:

- Baixa inicial – início da incapacidade;
- Prorrogação – prolongamento da baixa já existente.

## I - Perguntas frequentes

### **Tenho de declarar no IRS os valores que recebo da segurança social como prestações compensatórias dos subsídios de férias, de Natal ou outros semelhantes?**

Não. Os valores pagos pela Segurança Social como prestações compensatórias não precisam de ser declarados no IRS.

### **Como se calcula a prestação compensatória por doença dos subsídios de férias e de Natal?**

Quando o/a trabalhador/a fica de **baixa prolongada durante 30 dias seguidos ou mais**, podem existir várias situações que determinam se tem ou não direito à prestação compensatória. Essas situações são:

#### **a. situações em que a baixa (por doença) começa e termina no mesmo ano civil e dura 30 dias ou mais seguidos**

O direito ao subsídio de férias está ligado ao direito a gozar férias. Segundo a lei, os trabalhadores têm direito, todos os anos, a 22 dias úteis de férias pagas, que se vencem a 1 de janeiro.

Nesse mesmo ano, o/a trabalhador/a também tem direito ao subsídio de férias e ao subsídio de Natal, proporcional ao tempo que trabalhou.

Se, quando fica de baixa, o/a trabalhador/a já tiver direito às férias vencidas a 1 de janeiro (quer já as tenha gozado ou não), o subsídio de férias deve ser pago pela entidade empregadora.

Nestes casos, a Segurança Social **não paga a prestação compensatória do subsídio de férias**. Apenas pode haver **pagamento de prestação compensatória do Subsídio de Natal**, em relação aos meses em que o/a trabalhador/a esteve de baixa nesse ano.

#### **Exemplos de cálculo da prestação compensatória**

**Exemplo 1:** Um/a trabalhador/a iniciou uma baixa (doença natural) em 1 de outubro de 2024 e terminou a 30 de novembro de 2025.

Como já tinha direito a férias desde 1 de janeiro de 2025, a entidade empregadora tem de pagar o valor das férias e o respetivo subsídio de férias.

A Segurança Social só paga a **prestação compensatória do Subsídio de Natal**, referente aos meses de outubro e novembro, se o pedido for feito até 6 meses depois, ou seja, até 1 de julho de 2026.

**Exemplo 2:** Um/a trabalhador/a esteve de baixa por doença, com Subsídio de Doença, de 1 de fevereiro a 30 de setembro de 2024.

Se ainda não tivesse gozado as férias vencidas em 1 de janeiro de 2024, podia gozá-las até ao final desse ano ou até 30 de abril de 2025

. Neste caso, a entidade empregadora tem de pagar o valor correspondente ao período de férias e ao respetivo **subsídio de férias** de 2024.

A Segurança Social paga apenas a **prestação compensatória do Subsídio de Natal**, pelos 8 meses em que o/a trabalhador/a esteve de baixa (de fevereiro a setembro), desde que o pedido seja feito até 30 de junho de 2025.

**b. quando a baixa (por doença) dura 30 dias ou mais seguidos e começa num ano e termina noutro**

- **No ano em que a baixa começa**

Se o/a trabalhador/a já tiver gozado as férias vencidas em 1 de janeiro, e recebido o respetivo **subsídio de férias**, a entidade empregadora não tem de pagar mais nada.

Se ainda não tiver gozado as férias nem recebido o **subsídio de férias**, tem direito a receber esse valor da entidade empregadora.

- **No ano em que a baixa termina**

As férias contam-se como se fosse o primeiro ano de contrato. O/a trabalhador/a tem direito a 2 dias úteis de férias por cada mês de trabalho, até 20 dias. Só pode gozar essas férias depois de completar 6 meses de trabalho efetivo.

Se o ano acabar antes de fazer os 6 meses, pode gozar essas férias até 30 de junho do ano seguinte.

*Código do Trabalho, art. 239.º, n.ºs 1, 2 e 6*

- **No ano seguinte ao regresso ao trabalho**

Já se aplicam as regras normais, ou seja, o/a trabalhador/a tem direito a 22 dias úteis de férias e ao respetivo **subsídio de férias**, que se vencem a 1 de janeiro.

*Código do Trabalho, art. 237.º, n.º 1*

*Código do Trabalho, art. 238.º, n.º 1*

**Exemplos de cálculo da prestação compensatória**

**Exemplo 1:** Um/a trabalhador/a ficou doente em 1 de agosto de 2024 e só regressou ao trabalho em 1 junho de 2026.



- **Ano de 2024**

O/a trabalhador/a tinha direito a 22 dias de férias vencidos em 1 de janeiro de 2024, que ainda não tinha gozado nem recebido.

- o pagamento do **subsídio de férias** de 2024 é da responsabilidade da entidade empregadora;
- a Segurança Social paga apenas a prestação compensatória do subsídio de Natal pelos meses de agosto a dezembro de 2024, desde que seja pedida até 30 de junho de 2025.

- **Ano de 2025**

Como esteve todo o ano de baixa, **não ganhou direito a férias nem ao respetivo subsídio** nesse ano.

- cabe à Segurança Social pagar a prestação compensatória dos subsídios de férias e de Natal de 2025, se forem pedidas até 30 de junho de 2026.

- **Ano de 2026**

O/a trabalhador/a voltou ao trabalho em junho. Neste caso, aplica-se a regra usada para o primeiro ano de contrato:

- ganha 2 dias úteis de férias por cada mês de trabalho, até 20 dias;
- como só trabalhou 7 meses, tem direito a 14 dias de férias pagos pela entidade empregadora;
- a Segurança Social paga a prestação compensatória do subsídio de férias relativa aos outros 8 dias (para perfazer os 22 dias habituais) e também paga o subsídio de Natal relativo aos 5 meses em que esteve de baixa (janeiro a maio), desde que os pedidos sejam feitos até 30 de junho de 2027.

- **Ano de 2027**

Como já terminou a baixa prolongada e retomou o trabalho, aplicam-se as regras normais, ou seja, o trabalhador/a tem direito a 22 dias úteis de férias e ao respetivo **subsídio de férias e subsídio de Natal**, pagos pela entidade empregadora.

**Exemplo 2:** Um/a trabalhador/a ficou doente em 1 de agosto de 2024 e só regressa ao trabalho em 1 de fevereiro de 2025.

Quando ficou doente, já tinha direito a 22 dias de férias relativos ao ano de 2024. Se ainda não tiver gozado essas férias nem recebido o subsídio de férias, pode gozá-las até 30 de abril de 2025. O pagamento do subsídio de férias de 2024 é da responsabilidade da entidade empregadora.

A Segurança Social, em relação ao ano de 2024, apenas paga a **prestação compensatória do Subsídio de Natal** relativa aos 5 meses de doença (agosto a dezembro), desde que seja pedida até 30 de junho de 2025.

Em 2025, como o/a trabalhador/a regressa ao trabalho e não há mais impedimentos prolongados, as férias contam como no ano de admissão. Ou seja, tem direito a 2 dias úteis de férias por cada mês de trabalho, até ao máximo de 20 dias. Neste caso, terá direito a 20 dias de férias e ao respetivo subsídio proporcional pagos pela entidade empregadora.

Como em 2025 o/a trabalhador/a perdeu parte dos subsídios por ter estado doente, a Segurança Social deve pagar:

- a **prestação compensatória do subsídio de férias** relativa a 2 dias e;
- a **prestação compensatória do Subsídio de Natal** relativa a 1 mês de doença.

Estas prestações devem ser pedidas até 30 de junho de 2026.

**Exemplo 3:** Um/a trabalhador/a ficou doente a 28 de dezembro de 2024 e só regressou ao trabalho em 1 de junho de 2025.

Os **subsídios de férias** e **Subsídio de Natal** de 2024 são pagos pela entidade empregadora.

Como a baixa começou a 28 de dezembro de 2024 e durou mais de 30 dias, o contrato de trabalho ficou suspenso a partir dessa data.

*Código do Trabalho, art. 296.º, n.º 3.*

Em 2025, como o/a trabalhador/a ainda estava doente a 1 de janeiro, não ganhou o direito aos 22 dias de férias completos. Nestes casos, aplica-se a regra das férias no ano de admissão: 2 dias úteis por cada mês de trabalho, até ao máximo de 20 dias. Como voltou ao trabalho em junho, tem direito a 14 dias de férias e ao subsídio proporcional, pagos pela entidade empregadora.

Como perdeu parte dos subsídios por ter estado doente, a Segurança Social pode pagar:

- a **prestação compensatória do subsídio de férias** referente a 8 dias e;
- a **prestação compensatória do Subsídio de Natal** correspondente a 5 meses de doença.

Estas prestações têm de ser pedidas até 30 de junho de 2026.

#### **c. situações em que o contrato de trabalho termina depois de uma baixa prolongada**

Se o contrato de trabalho terminar no mesmo ano em que o/a trabalhador/a esteve de baixa prolongada, seja durante a baixa ou depois de ter regressado (mas sem ter ganho o direito a férias nesse ano), a entidade empregadora tem de pagar o valor correspondente aos dias de **férias** e ao **subsídio de férias** pelo tempo que o/a trabalhador/a trabalhou no ano em que ficou doente.

*Código do Trabalho, art. 245.º, n.º 4.*

Se a entidade empregadora não pagar a totalidade do **subsídio de férias**, a Segurança Social pode pagar a **prestação compensatória do subsídio de férias**, desde que o/a trabalhador/a cumpra as condições.

Se a doença continuar nos anos seguintes e já não houver contrato de trabalho, não há direito às **prestações compensatórias**, porque não há perda de direito aos subsídios.

#### **Exemplo de cálculo da prestação compensatória**

**Exemplo:** Um/a trabalhador/a ficou de baixa por doença a partir de 1 de julho de 2024 e manteve-se nessa situação até 30 de março de 2026. O contrato de trabalho terminou a 8 de abril de 2026. O valor total do subsídio de férias era de 1 200,00€.

- **em 2024**, a entidade empregadora tinha de pagar o **subsídio de férias**, por isso não há lugar ao pagamento de **prestação compensatória** por parte da Segurança Social. A Segurança Social só pode pagar a **prestação compensatória do subsídio de Natal** correspondente aos 6 meses de baixa (de julho a dezembro), desde que o pedido seja feito até 30 de junho de 2025;
- **em 2025**, como o/a trabalhador/a esteve de baixa o ano todo, não ganhou direito a férias. Assim, a entidade empregadora não tem de pagar os **subsídios de férias** e de **Natal** desse ano. A Segurança Social paga as **prestações compensatórias** dos dois subsídios, se forem pedidas até 30 de junho de 2026;
- **em 2026**, como o contrato terminou depois da baixa, o/a trabalhador/a tem direito ao valor proporcional do **subsídio de férias** pelo tempo que trabalhou em 2024 (ano em que começou a baixa). A entidade empregadora paga 600,00€ desse **subsídio de férias**.

Como o valor total era de 1 200,00€, a diferença de 600,00€ pode ser paga pela Segurança Social, mas apenas 60% desse valor, ou seja:

**360,00€** ( $600,00€ \times 60\%$ ), se for pedida até 6 meses após a data em que o contrato terminou (8 de abril de 2026).

Além disso, a Segurança Social também pode pagar a **prestação compensatória do subsídio de Natal** de 2026, pelos meses de baixa até março, se for pedida até 6 meses após o fim do contrato.

#### **Como se calcula a prestação compensatória do subsídio de Natal quando, no mesmo ano, há baixa por doença e parentalidade?**

Quando, no mesmo ano, o/a trabalhador/a tem dois impedimentos prolongados (ou seja, de 30 dias seguidos ou mais): um por **doença** e outro por **parentalidade**, o valor da **prestação compensatória do subsídio de Natal** é calculado de forma proporcional ao tempo de cada situação.

- no tempo de **doença**, aplica-se 60% do valor perdido.
- no tempo de **parentalidade**, aplica-se 80% do valor perdido.

A Segurança Social faz o cálculo proporcional com base no número de meses em que o/a trabalhador/a esteve em cada uma dessas situações.

**Exemplo 1:** Um/a trabalhador/a recebe 780,00€ por mês. Em 2025, esteve com baixa por doença em abril, maio, junho e julho e, depois, em licença parental inicial de agosto a dezembro.

Neste ano, só trabalhou em janeiro, fevereiro e março. Por isso, só tem direito a receber da entidade empregadora 3 duodécimos do **subsídio de Natal**, ou seja, 195,00€.

A **Segurança Social** paga o resto do valor perdido, no total de **416,00€**, com base nestes cálculos:

- $780,00€ / 12 = 65,00€$  (valor por mês do subsídio de Natal)
- estando **doente** 4 meses:  $65,00€ \times 4 = 260,00€ \rightarrow 260,00€ \times 60\% = 156,00€$
- estando em **licença parental** 5 meses:  $65,00€ \times 5 = 325,00€ \rightarrow 325,00€ \times 80\% = 260,00€$

**Total pago pela Segurança Social:**  $156,00€ + 260,00€ = 416,00€$

**Nota:** A **prestação compensatória** deve ser pedida até 30 de junho de 2025.

**Como se calcula a prestação compensatória do subsídio de Natal quando, no mesmo ano, há vários subsídios de parentalidade?**

**Exemplo 1:** Uma trabalhadora esteve com risco clínico na gravidez entre 1 de outubro de 2024 e 3 de março de 2025, e depois com licença parental inicial de 4 de março a 31 de julho de 2025.

**Em 2024:**

- o **subsídio de férias** foi pago pela entidade empregadora, por isso não há lugar a **prestação compensatória**;
- a **Segurança Social** deve pagar a **prestação compensatória do subsídio de Natal** relativa a outubro, novembro e dezembro (3 meses de risco clínico), desde que o pedido seja feito até 30 de junho de 2025.

**Em 2025:**

- também não há lugar a **prestação compensatória do subsídio de férias**, porque foi pago pela entidade empregadora;
- a **Segurança Social** deve pagar a **prestação compensatória do subsídio de Natal** relativa aos meses em que esteve com risco clínico e **licença parental** (janeiro a julho), desde que o pedido seja feito até 30 de junho de 2026.